

O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO TERRITÓRIO DO CARIRI
PARAIBANO: 2003 A 2013

Geovânio LimaBatista (PPGEd/ UFCG)

Maria do Socorro Silva (PPGEd/ UFCG)

1. Introdução

O debate sobre Educação do Campo no Brasil tem possibilitado um processo de ruptura da concepção paradigma que associa o campo restrito ao espaço econômico, portanto, de uma concepção fragmentada por uma dualidade que considera o campo como o atraso, o arcaico, em contraposição ao urbano, caracterizado como o moderno o civilizado, para propor um novo paradigma, definindo o campo enquanto espaço de produção e reprodução da vida, de culturas, de saberes e fazeres historicamente construídos pelos sujeitos do campo em movimento, de identidades e intencionalidades, em suma, de uma dinâmica determinada pelas relações sociais, políticas e econômicas.

A concepção da Educação como uma prática social, cultural, política e epistemológica, advinda da Educação Popular, contribui para que a Educação do Campo, seja vista numa perspectiva mais ampla de escolarização dos sujeitos camponeses, mais também, como formação social, política e cultural destes sujeitos nos espaços dos movimentos sociais camponeses, na produção e no seu modo de vida, a medida que conforme, coloca Silva (2002), constroem um repertório de ações coletivas, que demarcam interesses, identidades sociais e coletivas que visam à realização de seus projetos por uma vida melhor e da humanização do ser humano.

A Educação do Campo emerge assim dentro da contradição de se fazer uma educação emancipatória numa sociedade capitalista, o que nos leva necessariamente, a aprofundar sua materialização, especialmente, no campo que gerou a expropriação do campesinato da terra, a exclusão social e educacional ao longo da história. O projeto colonial centrado no latifúndio, exploração do trabalho, monocultura, patriarcado e racismo, gerou desigualdades sociais, econômicas, políticas e educacionais no País. Para tanto, reunimos discussões de autores que se dedicam aos estudos sobre o campesinato dentre os quais destacamos: Abramovay (1992), Fernandes (1999 e 2000), Caldart (2002), Gadelha (1989) Carneiro (1997), Silva (2002 e 2007).

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



A presente pesquisa busca analisar o surgimento e efetivação das políticas de Educação do Campo no território do Cariri Ocidental Paraibano no período de 2003-2013.

Este período foi selecionado para a pesquisa, pois identificamos no levantamento inicial da documentação, que o mesmo aglutina várias ações de mobilização por políticas educacionais, que serão desencadeadas no território do Cariri Paraibano, dentre os quais podemos citar: o surgimento de novos movimentos sociais do campo articulando a luta pela terra na região, a criação do Projeto Universidade Camponesa – Unicampo, para formação de lideranças camponesas, a constituição do Fórum Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, a constituição de um espaço de discussão sobre as políticas de Educação do Campo no território, que vinha ao encontro do esforço nacional de uma Política Educação do Campo, inclusive com a implementação de ações da Educação do Campo e a criação da Licenciatura em Educação do Campo no território.

Estes fatores marcam as transformações na definição das políticas públicas para o semiárido, especificamente no Cariri Paraibano, que conforme Pereira (2008) vivenciou ao longo da história o desenvolvimento com base em políticas setoriais, com ênfase em ciclos produtivos, sem considerar as características do território, suas condições econômicas, sociais, históricas e geográficas, ou seja, um paradigma de desenvolvimento conservador.

No que se refere à formação social no semiárido, Moreira e Targino (1997. p 70) assim define, “Se no Litoral o Engenho foi a unidade fundamental da organização social, econômica e cultural, na região semiárida foi a fazenda que desempenhou essa função”. A fazenda de gado enquanto meio de produção e determinante das relações sociais tinha as seguintes características: grandes extensões de terras, baixo investimento em sua formação, combinação de mão-de-obra livre e escrava, surgimento da produção de subsistência subordinada à pecuária e a relação com o mercado. Neste contexto marcam as relações de dependência, a partir da figura do morador e as relações de compadrio e a baixa densidade demográfica.

A sociedade, conforme Martins (1986) conservou a base do regime político do coronelismo manifestando a face da exclusão e subordinação do campesinato no processo de definição das decisões. Na região semiárida a sociedade se constituiu pelo domínio econômico do monopólio da terra, das relações de compadrio somado a categoria de morador de condição, do clientelismo como determinantes no processo de dominação dos coronéis.

Nesse sentido, tomamos as seguintes questões de pesquisa: Como ocorreu o processo de mobilização e articulação das políticas de Educação do Campo no território do Cariri? Quais os sujeitos sociais e instituições que contribuíram com este processo de mobilização e construção das políticas de Educação do Campo? Qual a contribuição do Projeto Unicampo neste processo?

Portanto, nosso estudo tem como objetivo geral: Compreender como surge o debate e as políticas de Educação do Campo no território do Cariri Paraibano, e quais os sujeitos sociais do poder público e da Sociedade Civil que se envolveram nesta formulação e efetivação no período de 2003 a 2013. Como objetivos específicos nos colocamos: Identificar o cenário agrário e educacional no território do Cariri Paraibano; Caracterizar e analisar a relação entre as políticas de desenvolvimento territorial definidas no período e as políticas educacionais destacando o papel do poder público e da sociedade civil; e Refletir sobre os avanços e contradições das políticas educacionais do campo efetivadas no território no período de 2003 a 2013.

2. Desenvolvimento da Pesquisa

No Cariri a organização dos movimentos sociais do campo surge em meio à crise da Grande propriedade e em decorrência do processo de modernização e mecanização da produção. A organização dos camponeses na luta pela Reforma Agrária traz junto consigo o paradigma do desenvolvimento sustentável e solidário com base na agricultura camponesa e agroecológica.

É a partir da política territorial, constituído em 2003, no então governo Lula e desenvolvida no âmbito da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), enquanto política de gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios, que Educação do Campo passa integrar o itinerário organizativo dos Movimentos Sociais do campo no Território. O quadro a seguir apresenta as ações debatidas no âmbito do Fórum Territorial no que se refere às políticas de Educação do Campo.

Quadro – Eixo Aglutinador: Educação do Campo

PROGRAMAS	PROJETOS	AÇÕES
Ampliar a ação educativa da UNICAMPO nos municípios	Construções e Reformas	Aulas extensivas
Adaptar a base curricular a realidade do território	Transporte do Estudante entre comunidades rurais	Cursos em regime especial adequado a Realidade.

VII SEMINÁRIO EM PESQUISA EM POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

AJUSTE NEOLIBERAL, NEOCONSERVADORISMO E POLÍTICA EDUCACIONAL NO GOVERNO BOLSONARO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA PESQUISA

12/12/2018



Capacitações dos Professores	Alfabetização de Jovens e Adultos do Campo.	Atividades continuadas nos Projetos de: Alfabetizações e Capacitações do Processo
Capacitação integrada entre família e escola.	Projetos de Capacitações de Professores a realidade do Campo.	
Fortalecimento dos Conselhos Escolares	Projetos destinados a aquisições de materiais didáticos, coerente a realidade do território	
	Capacitar os membros dos Conselhos Educacionais.	

Fonte: PTDRS (2005)

A partir da estratégia de ampliar o ensino técnico, de organização curricular específica para a região, formação docente e de envolvimento da comunidade na gestão escolar como eixos norteadores para adequação física das escolas, transporte, ampliar a oferta de educação na modalidade da Educação de Jovens e adultos e de formação continuada para os docente e gestores. Portanto, a política educacional voltada a realidade do campo no território passa ser um eixo na consolidação desta estratégia de desenvolvimento. e neste contexto experiências educativas escolares e não escolares são referências para a formulação e afirmação de algumas políticas educacionais, elencadas no quadro a seguir:

Levantamento das ações/políticas de Educação do Campo no território

Ação /política	Período	Atuação
Projeto Unicampo	2005	Todo território
Escola Laginha – Assentamento Zé Marcolino	2009	Município da Prata
Escola do Campo Pio X	2012	Município de Sumé
Criação do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido	2009	Todo o território
Licenciatura em Educação do Campo	2009	Todo território
Escola do Campo Bento Tenório – Assentamento Santa Catarina	2011	Monteiro
Formação Continuada de Professores/as do Campo	2012	Sumé

O levantamento realizado a partir da análise documental revela que o debate sobre a Educação do Campo se institucionaliza no âmbito do Fórum Territorial de Desenvolvimento Rural sustentável do Semiárido na construção do Plano Territorial (PTDRS, 2005) tendo o ano de 2009 como marco no processo de efetivação das políticas de formação docente específica para o campo, formação continuada dos professores, a organização escolar

contextualizada a realidade do campo estabelecendo uma relação com a comunidade e de afirmação da identidade camponesa.

3. Metodologia da Pesquisa

A abordagem do materialismo histórico dialético (Frigotto, 2001; Kosik, 1986) nos ajuda a olhar a totalidade da problemática, que não consiste apenas em lutar por políticas educacionais ou construção de um campus universitário no cariri paraibano, mas os diferentes conflitos e contradições geradas por estes processos, principalmente considerando a forma como a questão fundiária se estruturou no Território do Cariri Paraibano, ao longo da história pela tensão e conflito permanente da hegemonia do latifúndio, imposta pelas fazendas, o gado e os coronéis e o campesinato, em sua diversidade, que nas estratégias de convivência com as estiagens, foram ocupando o espaço da região, e constituindo a produção familiar centrada na relação entre o criatório de ovinos, caprinos, bovinos e a agricultura de subsistência para auto sustentação e o mercado local.

Nesta fase que nos encontramos de revisão de literatura, definição das categorias analíticas do estudo, as leituras sobre **Estado Ampliado e Intelectual Orgânico** (Gramsci, 1982), **Educação do Campo** (Arroyo, Caldart e Molina 2004; Silva, 2002), **Emancipação** (Freire, 1987; 2011), tem sido de fundamental importância para o delineamento do trabalho de campo e da análise das informações coletadas na qual usaremos o método de análise de conteúdo, conforme posto por Bardin (1977). A pesquisa encontra-se na fase do trabalho de campo e análise documental. É possível afirmar que as políticas de Educação do Campo no território pesquisado são resultantes da articulação entre o poder público e da sociedade civil, tendo o Fórum Territorial como espaço aglutinador de experiências educativas desenvolvidas na região e na formulação das políticas educacionais para o campo e os Movimentos Sociais, Universidade, intelectuais, gestores e ONGs enquanto sujeitos sociais que tem o paradigma do desenvolvimento sustentável, a autonomia camponesa por meio da produção agroecológica e a convivência com o semiárido como eixos aglutinadores da ação pedagógica.

4. Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Hucitec/Anpocs/Unicamp, 1992.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

CALDART Roseli Salete **Por Uma Educação do Campo**: traços de uma identidade em construção in educação do campo identidades e políticas públicas. Edgar Jorge Kolling Paulo Ricardo Cerioliosfs e Roseli Salete Caldart (organizadores). Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

COUTINHO, Carlos Nelson **Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez: 199.

FREIRE, Paulo **Educação e mudança**. 2ª ed. rev. e atual. _ São Paulo. Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. ed. Rio de Janeiro, 1987. Paz e Terra.

FERNANDES Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra**. Revista de Cultura Vozes. N. 1, 1999. Disponível em: [http://www.incr.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outraspublicacoes/outraspublicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf](http://www.incr.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outraspublicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf) acessado em 26/12/2014

_____. **Movimento social como categoria geográfica**. In: Terra Livre. São Paulo. N° 15, 2000. p 59 a 86. Disponível em: http://www.agb.org.br/2012/files/TL_N15.pdf#page=55. Acessado em 28/12/2014.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 69-90

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. Ed.(v.48). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

KOSIK, Karol. **Dialética do Concreto**. 2º Ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1986.

MINAYO Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 4ed. São Paulo HUCITEC-ABRASCO 1996.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz á flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: **Educação do campo e pesquisa: questões para a reflexão**. Brasília. Ministério de Desenvolvimento Agrário. 2002. Pag. 60-92.

_____. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**. 2007. CONTAG. Brasília DF.